

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO.....	35		
CAPÍTULO I – ARBITRAGEM NO DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	37		
1.1. Arbitragem e a teoria da empresa.....	37	2.2.3. Arbitrabilidade empresarial	71
1.2. Autonomia privada e o mercado como fundamento da arbitragem	44	2.3. Temas centrais da arbitrabilidade nas disputas societárias: cabimento e aplicação	75
1.3. A Lei de Arbitragem Brasileira	45	2.3.1. Direito de voto	76
1.4. Fontes normativas e microssistemas aplicáveis.....	47	2.3.2. Direito de recesso	78
1.5. Por que arbitragem nos conflitos empresariais: apontamentos jurídicos e econômicos.....	49	2.3.3. Dissolução parcial, total e exclusão de sócio	84
CAPÍTULO 2 – ARBITRABILIDADE E APLICAÇÕES ESPECÍFICAS	57	2.3.4. Apuração de haveres	86
2.1. A arbitrabilidade subjetiva.....	57	2.3.5. Constituição da sociedade ou reconhecimento de sociedades de fato	90
2.1.1. Capacidade	57	2.3.5.1. Caso CAM-CCBC n. 16/2009	91
2.1.1.1. Sócios e acionistas incapazes	58	2.3.6. Impugnações de deliberações sociais	91
2.1.1.2. Empresas e empresários em recuperação.....	58	2.3.6.1. Caso CAM-B3 n. 74/2016	93
2.1.1.3. Empresas e empresários falidos: a inabilitação não é incapacidade.....	59	2.3.6.2. CAM-B3: Ementa nº 29.1.5. 2024 Sentença Arbitral Final.....	94
2.1.1.4. Caso CCI n. 12.073	60	2.3.6.3. Caso CAM-CCBC n. 16/2013	95
2.1.2. Legitimidade	61	2.3.7. Responsabilidade de administradores e controladores.....	96
2.1.2.1. Caso CAM-FIESP n. 105/2008...	63	2.3.7.1. A <i>Business Judgment Rule</i>	97
2.1.2.2. Caso CAM-CCBC n. 33/2010	63	2.3.7.2. Da lógica norte-americana à recepção no direito societário brasileiro	99
2.1.2.3. Caso CAM-B3 n. 85/2017 e n. 97/2017.....	63	2.3.7.3. Responsabilidade do administrador	101
2.1.2.4. Caso CAIP n. 3.193/2013	64	2.3.7.4. Responsabilidade do acionista controlador	104
2.1.3. Legitimidade e representatividade adequada nas arbitragens societárias coletivas	65	2.3.7.5. Honorários sucumbenciais.....	107
2.2. A arbitrabilidade objetiva	67	2.3.7.6. Casos concretos	108
2.2.1. Patrimonialidade	68	2.3.7.6.1. Caso AAA n. 0121001 71964.....	108
2.2.2. Disponibilidade.....	68	2.3.7.6.2. Caso ICDR n. 502014 000226.....	109
		2.3.7.6.3. Caso CCI n. 15.372.....	110

2.3.7.6.4. Caso CAM-B3 n. 85/2017 e 97/2017	111	2.3.12.3.4. Caso CCI n. 15.372	143
2.3.7.6.5. Caso CAM-B3: Ementa nº 90.1.7.2024 Sentença Arbitral Parcial	113	2.3.12.3.5. Caso CCI n. 18.728	143
2.3.7.6.6. Caso CAM-B3: Ementa nº 83.1.7.2024 Sentença Arbitral Parcial	115	2.3.12.3.6. Caso CCI n. 18.892	144
2.3.7.6.7. Caso CAM-B3: Ementa nº 68.1.5.2022 Sentença Arbitral Parcial	116	2.3.12.3.7. Caso VIAC n. 5.246 ...	144
2.3.7.6.8. Caso CAM-B3: Ementa nº 77.1.6.2023 Sentença Arbitral Parcial	116	2.3.12.3.8. Caso VIAC n. 5.176....	145
2.3.7.6.9. Caso CAM-B3: Ementa nº 70.1.6.2023 Sentença Arbitral Final.....	117	2.3.12.3.9. O caso Continental x Serpal: a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica na arbitragem segundo o STJ.....	145
2.3.8. Falecimento de sócio	118	2.3.12.4. Pressupostos de arbitrabilidade para a desconsideração da personalidade jurídica.....	147
2.3.9. Acesso a livros e outros documentos societários	119	2.3.13. Fusões e Aquisições.....	148
2.3.10. Tomada/Prestação de contas.....	120	2.3.13.1. Generalidades.....	148
2.3.10.1. Arbitrabilidade da demanda	120	2.3.13.2. Tipologia dos litígios em operações de M&A	150
2.3.10.2. Abrangência da cláusula compromissória	123	2.3.13.3. Cláusulas de <i>earn-out</i>	151
2.3.10.3. Legitimidade e interesse de agir nas sociedades de pessoas e sociedades estatutárias.....	124	2.3.13.4. Cláusulas de <i>sandbagging</i>	154
2.3.10.4. Aspectos procedimentais da prestação de contas na arbitragem.....	126	2.3.13.5. O mecanismo de escrow nas operações de M&A.....	155
2.3.10.4.1. Considerações sobre a metodologia de bifurcação de fases	126	2.3.13.6. Reclamações de Terceiros (<i>Third-Party Claims</i>)	158
2.3.10.4.2. Dinâmica procedimental	128	2.3.13.7. Reparação dos danos.....	161
2.3.11. Desempate nos impasses societários	129	2.3.13.8. Casos concretos	163
2.3.11.1. Generalidades.....	129	2.3.13.8.1. Caso CAM-CCBC n. 08/2011	163
2.3.11.2. Dinâmica procedimental.....	131	2.3.13.8.2. Caso CAM-CCBC n. 45/2012	164
2.3.12. Desconsideração de personalidade jurídica.....	135	2.3.13.8.3. Caso CAM-CCBC n. 37/2014	166
2.3.12.1. Fundamentos jurídicos da desconsideração na arbitragem	135	2.3.13.8.4. Caso CAM-CCBC n. 63/2014	167
2.3.12.2. Dinâmica procedimental.....	139	2.3.13.8.5. Caso CAM-CCBC n. 93/2016	168
2.3.12.3. Casos concretos	141	2.3.13.8.6. Caso CAM-CCBC n. 28/2018	169
2.3.12.3.1. Caso CCI n. 3.879.....	141	2.3.13.8.7. Caso CAM-CCBC n. 55/2021	170
2.3.12.3.2. Caso CCI n. 5.730.....	142	2.3.13.8.8. Caso CAM-CCBC n. 93/2021	171
2.3.12.3.3. Caso CCI n. 10.758	142	2.3.13.8.9. Caso CAM-CCBC n. 28/2022	172
		2.3.13.8.10. Caso CAM-FIESP n. 314/2016.....	173

2.3.13.8.11. Caso CBMA n. 948/2019	174	2.3.16. Propriedade intelectual.....	215
2.3.13.8.12. Caso LCIA n. 132527	176	2.3.17. Agronegócio	218
2.3.13.8.13. Caso CCI n. 15.455 ..	177	2.3.18. Conflitos concorrenciais.....	220
2.3.13.8.14. Caso CCI n. 16.513 ..	179	2.3.18.1. Generalidades.....	220
2.3.13.8.15. Caso CCI n. 23.546 ..	181	2.3.18.2. Cláusulas de <i>non-competete</i>	221
2.3.13.8.16. Caso CCI n. 27.329 ..	182	2.3.18.3. Casos concretos	223
2.3.13.8.17. Caso CRCICA n. 645/2009	184	2.3.18.3.1. Caso CAM-FIESP n. 24/2002	223
2.3.14. Mercado de capitais.....	186	2.3.18.3.2. Caso CAM-FIESP n. 265/2014	224
2.3.14.1. Generalidades.....	186	2.3.18.3.3. Caso CAM-CCBC n. 56/2015	226
2.3.14.2. Delimitação da arbitrabilidade no mercado de capitais	187	2.3.18.3.4. Caso CAM-CCBC n. 62/2012	227
2.3.14.3. Deveres de conduta e responsabilidade civil dos agentes do mercado de capitais.....	189	2.3.18.3.5. Caso CAM-CCBC n. 60/2014	227
2.3.14.4. Fundos de investimento: estrutura jurídica, chamadas de capital e legitimidade processual.....	192	2.3.18.3.6. Caso CAM-CCBC n. 11/2016	229
2.3.14.5. Casos concretos	194	2.3.18.3.7. Caso CAM-CCBC n. 92/2016	230
2.3.14.5.1. Caso CAM-CCBC n. 22/2008	194	2.3.18.3.8. Caso CAM-CCBC n. 80/2018	230
2.3.14.5.2. Caso CAM-B3 n. 05/2011	195	2.3.18.3.9. Caso CCI n. 12.502	231
2.3.14.5.3. Caso CAM-B3 – Ementa nº 08.3.1.2018.....	196	2.4. Limites da arbitrabilidade e hipóteses de inarbitrabilidade	233
2.3.14.5.4. Caso CAM-B3 – Ementa nº 12.3.1.2018.....	197	CAPÍTULO 3 – ARBITRAGEM EM EMPRESAS ESTATAIS.....	243
2.3.14.5.5. Caso CAM-B3 – Ementa nº 14.3.1.2018.....	198	3.1. Generalidades.....	243
2.3.14.5.6. Caso CAM-B3 – Ementa nº 35.3.2.2019.....	199	3.2. Regime societário das estatais	247
2.3.14.5.7. Caso JAMS n. 1410008338	200	3.3. Acordo de acionistas nas estatais.....	248
2.3.14.5.8. Caso AAA n. 012300013432.....	202	3.4. Estado como acionista minoritário	249
2.3.14.5.9. Caso AAA n. 012100171964.....	203	3.5. Estado como acionista controlador.....	252
2.3.14.5.10. CASO ICDR n. 012400066256.....	205	3.6. Cabimento da arbitragem envolvendo abuso de poder de controle nas estatais	253
2.3.14.5.11. Caso ICDR n. 501480065009	206	3.7. <i>Golden Shares</i>	256
2.3.15. Recuperação e falência	207	3.7.1. Conceito e função das <i>golden shares</i> no direito societário brasileiro.....	256
2.3.15.1. A perspectiva internacional	208	3.7.2. Estrutura de governança e hipóteses típicas de conflito.....	258
2.3.15.2. A perspectiva brasileira	210	3.7.3. Convenção de arbitragem em companhias com <i>golden shares</i>	258
		3.7.4. Arbitrabilidade dos litígios envolvendo o exercício de <i>golden shares</i>	259
		3.8. Casos concretos	259

3.8.1. Acionista Minoritário v. Petrobras e União (primeiro caso).....	260	4.4.3. A convenção de arbitragem como in- dutor de investimentos e desenvolvimento econômico.....	302
3.8.2. Acionista Minoritário v. Petrobras e União (segundo caso).....	261	4.4.4. O caráter preventivo da convenção de arbitragem.....	303
3.8.3. Petrobras v. União	261	4.5. Cláusula compromissória estatutária	306
3.9. A evolução da Cláusula Arbitral no Estatuto da Petrobras: uma análise comparativa entre os artigos 58 e 59	264	4.5.1. A cláusula arbitral estatutária como ins- trumento de governança e de coordenação entre controlador, minoritários, administra- dores e <i>stakeholders</i>	306
CAPÍTULO 4 – CONVENÇÃO DE ARBITRA- GEM	267	4.5.2. A cláusula arbitral no contrato/estatuto social: procedimento deliberativo, quóruns e direito de retirada e eficácia vinculante <i>erga omnes</i>	307
4.1. A convenção de arbitragem nos conflitos em- presariais e societários: conceito e função	267	4.5.2.1. Vinculação dos sócios funda- dores	310
4.2. Elementos da convenção de arbitragem em contratos e estatutos societários.....	274	4.5.2.2. Novos sócios.....	311
4.3. Efeitos da convenção de arbitragem.....	275	4.5.2.3. Dissidentes.....	312
4.3.1. Generalidades	275	4.5.2.4. Ausentes	313
4.3.2. Efeitos processuais (negativo e positivo). ..	277	4.5.2.5. Direito de recesso nas socieda- des anônimas.....	315
4.3.3. Efeitos e limites temporais	282	4.5.2.6. Direito de recesso nas socieda- des limitadas.....	317
4.3.3.1. Caso SCC n. 2020/2020	284	4.5.2.7. Entendimento dos tribunais.....	318
4.3.3.2. Caso CAM-B3 – Ementa 67.3.5.2022	285	4.5.3. Vinculação de administradores à cláu- sula arbitral	320
4.3.4. Efeitos sobre partes não signatárias.....	285	4.5.3.1. Caso CAM-CCBC n. 86/2022	324
4.3.5. Parâmetros econômico-comportamen- tais para a extensão da cláusula compromis- sória a não signatários.....	288	4.6. Convenção de arbitragem no acordo de acio- nistas.....	326
4.3.6. Casos concretos	289	4.6.1. Generalidades	326
4.3.6.1. Caso CCI n. 11.160	289	4.6.2. A cláusula compromissória nos acordos de voto, controle e bloqueio	327
4.3.6.2. Caso CCI n. 13.085	290	4.6.3. Vinculação do administrador ao acordo de acionistas com cláusula compromissória	329
4.3.6.3. Caso CCI n. 13.774	291	4.6.4. Estruturação e cumprimento de acordo de acionistas com cláusula compromissória	332
4.3.6.4. Caso CAM-FGV Rio n. 02/2018... ..	292	4.6.5. Casos concretos	335
4.3.6.5. Caso CAM-B3 n. 76/2023	293	4.6.5.1. Caso CAM-CCBC n. 26/2017	335
4.3.6.6. Caso CAM-B3 n. 41/2020	293	4.6.5.2. Caso CAM-B3 n. 15/2012	338
4.3.6.7. Caso CAM-AMCHAM n. 113/2018.....	293	4.6.5.3. CAM-B3: Ementa n° 03.1.1.2018 Sentença Arbitral Final	339
4.3.6.8. Caso CAM-CCBC n. 25/2013	294	4.6.5.4. CAM-B3: Ementa n° 07.1.1.2018 Sentença Arbitral Final	339
4.3.6.9. Caso CAM-CCBC n. 26/2013	295	4.6.5.5. CAM-B3: Ementa n° 19.1.3.2020 Sentença Arbitral Final	340
4.3.6.10. Caso CAM n. 1.115/2016	296		
4.4. Função econômica da convenção de arbitra- gem	297		
4.4.1. <i>Trade-offs</i> : a tomada de decisão e fatores de influência	299		
4.4.2. Os custos de transação e a mitigação de riscos dos negócios	301		

4.6.5.6. CAM-B3: Ementa nº 55.1.4.2021 Sentença Arbitral Final.....	340	4.9.5. Diretrizes econômicas para a extensão subjetiva da cláusula compromissória em grupos de sociedade	378
4.6.5.7. CAM-B3: Ementa nº 88.1.7.2024 Sentença Arbitral Parcial.....	341	4.10. Convenção de arbitragem em <i>joint ventures</i> ..	382
4.6.5.8. Caso SCC n. 2018/2020	341	4.10.1. Generalidades	382
4.7. Convenção de arbitragem nas reorganizações societárias	343	4.10.2. Estrutura contratual da <i>joint venture</i> e alcance da cláusula compromissória	385
4.7.1. A perspectiva internacional	343	4.10.3. Casos concretos	387
4.7.2. A perspectiva brasileira	345	4.10.3.1. Caso SCC n. 2018/097	387
4.8. Convenção de arbitragem nos contratos empresariais por adesão.....	348	4.10.3.2. Caso GCC n. 19XS/26/10/2006 ...	388
4.8.1. A correta compreensão do art. 4 §2º da LArb.....	348	4.10.3.3. Caso CCI nº 15.248	389
4.8.2. O caso dos contratos de franquia.....	350	4.10.3.4. Caso CCI nº 19.127	392
4.8.2.1. Especificidades desse modelo contratual	350	4.10.3.5. Caso CCI nº 20.103	393
4.8.2.2. A adequada interpretação do art. 4 §2º nesse tipo de contrato	352	4.10.3.6. Caso CCI nº 21.371	394
4.8.3. A necessária interpretação econômica dos contratos empresariais	355	4.11. Convenção de arbitragem na recuperação e falência	395
4.9. Convenção de arbitragem em grupos de sociedades.....	358	4.11.1. Eficácia temporal da convenção arbitral diante da crise empresarial	395
4.9.1. A ideia geral de grupo de sociedades: fundamentos econômicos e jurídicos	358	4.11.2. Impossibilidade de compensação de crédito discutido na recuperação judicial em arbitragem em andamento	400
4.9.2. Efeito da cláusula compromissória nos grupos de sociedades.....	360	4.11.3. Classificação de créditos na recuperação judicial e limites da cláusula compromissória	401
4.9.3. O comportamento é critério relevante. ...	362	4.11.4. Caso CAM-CCBC n. 46/2014	402
4.9.4. Casos concretos	363	4.12. Patologias da convenção de arbitragem em contexto societário	405
4.9.4.1. Caso CCI n. 4.131	363	4.12.1. Generalidades	405
4.9.4.2. Caso CCI n. 9.517	365	4.12.2. Cláusulas contraditórias, escalonadas mal estruturadas e eleição de foro concorrente	407
4.9.4.3. Caso CCI n. 9.873	366	4.12.2.1. A intenção deve ser o principal vetor de interpretação	407
4.9.4.4. Caso CCI n. 15.372	367	4.12.2.2. Cláusulas contraditórias, escalonadas mal estruturadas	408
4.9.4.5. Caso CCI n. 23.775	368	4.12.2.3. Compatibilidade entre a cláusula de eleição de foro e convenção de arbitragem no mesmo contrato	410
4.9.4.6. Caso CCI n. 26.862	370	4.12.2.4. Indicação imprecisa da câmara arbitral	411
4.9.4.7. Caso CAM Santiago n. A-2765-2016	371	4.12.2.4.1. Caso CAM-FIESP n. 417/2016	412
4.9.4.8. Caso ICDR n. 011900023079 ...	372	4.12.2.4.2. Caso CCI n. 18.830	413
4.9.4.9. Caso CAM-CCBC n. 11/2011 ..	373	4.12.2.4.3. Caso VIAC n. 5.740	414
4.9.4.10. Caso CAM-CCBC n. 77/2013	374	4.13. Técnicas de redação e <i>checklists</i> para prevenção de litígios sobre a própria convenção	414
4.9.4.11. Caso CAM-FIESP n. 364/2015	375		
4.9.4.12. Caso Trelleborg v. Anel Empreendimentos	376		
4.9.4.13. Caso Visalia Energía v. Iber-sun Generación	377		

4.14. Ação de instituição de cláusula compromissória estatutária	418
4.14.1. Considerações iniciais	418
4.14.2. Dinâmica procedimental	419
4.14.3. Sentença, efeitos e recursos cabíveis	422

CAPÍTULO 5 – INSTITUIÇÕES DE ARBITRAGEM..... 423

5.1. Generalidades	423
5.2. Considerações sobre arbitragem institucional....	424
5.3. Arbitragem institucional, boas práticas e governança corporativa	429
5.4. As funções das instituições arbitrais	432
5.4.1. A função de infraestrutura.....	432
5.4.2. A função de gestão	435
5.4.3. A função de regulação	436
5.4.4. A função de decisão	440
5.5. A necessária introdução do <i>compliance</i> na administração de arbitragens.....	442
5.6. Proteção de dados no contexto da arbitragem institucional.....	444
5.7. A responsabilidade da instituição arbitral.....	445
5.8. Controle judicial das decisões institucionais	447
5.8.1. Premissas	447
5.8.2. O caso CAM 172/20 e 207/22.....	447
5.8.3. Limites no controle de atos das câmaras....	449
5.9. Conflitos de competência	449
5.9.1. Generalidades	449
5.9.2. Conflitos de competência entre tribunais arbitrais e o Judiciário	450
5.9.3. Conflitos de competência entre tribunais arbitrais	452
5.9.4. Conflitos de competência entre tribunal arbitral e o juízo da recuperação judicial	455

CAPÍTULO 6 – PROCEDIMENTO ARBITRAL ... 459

6.1. Premissas do procedimento arbitral.....	459
6.2. Lei aplicável	461
6.2.1. A autonomia da vontade	461
6.2.2. Aplicação supletiva de normas em âmbito societário	463
6.2.3. A lei aplicável na arbitragem societária... 465	
6.2.4. A lei aplicável ao procedimento arbitral (<i>lex arbitri</i>)	466

6.2.5. A lei aplicável ao mérito da disputa.....	471
6.2.6. A escolha da lei pelos árbitros.....	472
6.2.7. Casos concretos	474
6.2.7.1. Caso CCI n. 1.512.....	474
6.2.7.2. Caso CCI n. 2.637.....	474
6.2.7.3. Caso CCI n. 4.132.....	475
6.2.7.4. Caso CCI n. 5.460.....	475
6.2.7.5. Caso CCI n. 13.756	476
6.2.7.6. Caso CCI n. 23.268	477
6.3. Instauração da arbitragem	477
6.3.1. Requerimento de arbitragem, resposta, reconvenção e formação da relação processual arbitral	477
6.3.2. Efeitos da instauração: prescrição e litispendência com ações judiciais.....	479
6.3.3. Inadimplemento das custas e seus efeitos procedimentais.....	480
6.3.3.1. Casos concretos	481
6.3.3.1.1. Caso LCIA n. 236065 ...	481
6.3.3.1.2. Caso LCIA n. 256522 ...	481
6.4. Comunicação dos atos processuais, contagem de prazos e preclusão	482
6.5. Objeções à existência, validade e escopo da convenção de arbitragem	484
6.6. Procedimentos multipartes, multicontratos.....	486
6.6.1. Multipartialidade.....	486
6.6.2. Multicontratualidade	488
6.6.3. Integração superveniente de parte adicional	489
6.7. Consolidação de procedimentos.....	492
6.7.1. Vantagens e desafios.....	494
6.7.2. Regra-matriz: “objeto ou causa de pedir comum” como gatilho de reunião	495
6.7.3. Procedimento decisório.....	496
6.7.4. Regra de “ancoragem”	497
6.7.5. Fechamento de consentimento: concordância com o tribunal anterior e termos de independência	497
6.8. Divulgação de procedimentos arbitrais	497
6.8.1. Generalidades	497
6.8.2. Tratamento institucional	500
6.8.3. Direito à informação dos acionistas de companhias abertas	502

6.8.4. A Resolução CVM nº 80/2022.....	505	6.19.3.1. Prova documental (<i>discovery, disclosure, redfern schedule e fishing expedition</i>)	549
6.9. Intervenção de terceiros no procedimento arbitral.....	507	6.19.3.2. Prova pericial, Sachs Protocol e <i>Hot-tubing</i>	553
6.9.1 Generalidades	507	6.19.3.3. Prova testemunhal e <i>Witness Statements</i>	557
6.9.2. Considerações gerais sobre as intervenções de terceiros no processo arbitral.....	508	6.19.4. Complementaridade de provas	558
6.9.3. Intervenção de terceiros segundo as novas regras da CAM-B3.....	510	6.19.5. Produção antecipada de provas.....	560
6.9.4. Intervenção de terceiros na arbitragem societária segundo as regras da CAM-CCBC...	510	6.19.5.1. Generalidades.....	560
6.10. Composição do Tribunal Arbitral	512	6.19.5.2. Tratamento institucional	563
6.10.1. Número de árbitros.....	512	6.19.6. Casos concretos	567
6.10.1.1. Árbitro único.....	512	6.19.6.1. Caso CAM-CBMA n. 201900948	567
6.10.1.2. Painel de árbitros.....	513	6.19.6.2. Caso CAM-CCBC n. 37/2014	567
6.10.2. Tribunal Arbitral em procedimento arbitral multiparte.....	515	6.19.6.3. Caso CAM-CCBC n. 52/2017	568
6.10.3. Impugnação de árbitros.....	516	6.19.6.4. Caso CAM-B3 – Ementa n. 70.1.6.2023	568
6.10.3.1. Generalidades.....	516	6.19.6.5. Caso CAM-B3 – Ementa n. 12.3.1.2018	569
6.10.3.2. Procedimento	517	6.19.6.6. Caso CAM-B3 – Ementa n. 66.1.5.2022	569
6.10.4. Substituição de árbitros	518	6.20. Audiências.....	570
6.10.4.1. Generalidades.....	518	6.20.1. Generalidades	571
6.10.4.2. Repetição de audiências e aproveitamento de provas nos casos de substituição.....	518	6.20.2. A audiência como momento singular do procedimento arbitral.....	571
6.11. Secretariado	519	6.20.3. Funções essenciais: instrução, persuasão e legitimação da decisão.....	572
6.11.1. Generalidades	519	6.20.4. Convergência normativa sobre a audiência na arbitragem.....	573
6.11.2. Limites funcionais e controle da delegação	520	6.20.5. Culturas jurídicas na audiência arbitral....	575
6.12. Idioma	521	6.20.6. A audiência segundo a LArb	577
6.13. Sede	522	6.20.7. Organização e dinâmica das audiências arbitrais.....	580
6.14. O termo de arbitragem	524	6.20.7.1. Local das audiências.....	580
6.15. Instituição da arbitragem e condução do procedimento.....	529	6.20.7.2. Condução dos trabalhos.....	581
6.16. As manifestações escritas.....	531	6.20.7.3. Logística da audiência (<i>Hearing Logistics</i>) e audiência remota	583
6.17. Emenda e modificação de pedidos	532	6.20.7.4. Gestão de tempo.....	585
6.18. Estabilização da demanda.....	534	6.20.7.5. Linguagem: idiomas e tradução.....	586
6.19. Produção de provas	535	6.20.8. As audiências nas arbitragens coletivas societárias.....	587
6.19.1. A relevância e a interdisciplinaridade da prova na arbitragem societária	535	6.21. Medidas de urgência e tutela provisória.....	589
6.19.2. Ônus da prova e <i>standard</i> de prova	537	6.21.1. Generalidades	591
6.19.2.1. <i>Standard</i> de prova.....	537		
6.19.2.2. Ônus da prova.....	540		
6.19.2.3. Inferências adversas	544		
6.19.3. Os diferentes tipos de prova no processo arbitral	547		

6.21.2. Medidas provisórias na arbitragem societária	594	6.23. Encerramento da instrução, alegações finais e fase decisória	628
6.21.3. Os pressupostos para sua concessão e características das tutelas provisórias no procedimento arbitral.....	597	6.24. Decisões do tribunal arbitral.....	630
6.21.4. O apoio judicial para as medidas de urgência arbitrais e pré-arbitrais.....	600	6.24.1. Ordens processuais e decisões interlocutórias.....	631
6.21.5. Árbitro de urgência.....	603	6.24.2. Sentenças arbitrais parciais	632
6.21.5.1. Generalidades.....	603	6.24.3. Sentença final	635
6.21.5.2. Conceito, função e utilidade prática do árbitro de urgência.....	604	6.24.4. Voto divergente.....	639
6.21.5.3. Regime de incidência e disciplina institucional do árbitro de urgência.....	605	6.24.5. Sentença adicional ou sentença do pedido de esclarecimentos.....	640
6.21.5.4. Limites decisórios e cumprimento das medidas urgentes.....	607	6.24.6. Sentença homologatória de acordo.....	641
6.21.5.5. Separação funcional e preservação da imparcialidade do tribunal arbitral	610	6.25. Pedido de esclarecimentos.....	643
6.21.6. Aplicações específicas das medidas de urgência no contexto societário.....	611	6.25.1. Natureza jurídica do pedido de esclarecimento	643
6.21.6.1. Exibição integral de livros e documentos sociais	611	6.25.2. Objeto e hipóteses de cabimento	644
6.21.6.2. Medidas para superação de impasses decisórios e ação de desempate.....	612	6.25.2.1. Correção de erro material	645
6.21.6.3. Suspensão dos efeitos de deliberações sociais.....	613	6.25.2.2. Obscuridade	646
6.21.6.4. Arresto e sequestro cautelar de bens.....	614	6.25.2.3. Omissão	646
6.21.6.5. Afastamento cautelar de administradores e nomeação de gestor provisório.....	615	6.25.2.4. Contradição.....	647
6.21.6.6. Imposição de obrigações de não fazer destinadas a coibir a concorrência desleal ou a divulgação de informações sensíveis.....	617	6.25.3. Efeitos do pedido de esclarecimento	648
6.21.6.7. Sustação de processos de exclusão de sócios e de redução de participação	618	6.25.3.1. Efeito integrativo como regra ...	649
6.21.6.8. Depósito de valores em conta vinculada ou <i>escrow account</i>	619	6.25.3.2. Efeitos modificativos como possibilidade.....	649
6.21.6.9. <i>Security for costs</i>	620	6.25.3.3. Efeito interruptivo e antipreclusivo do prazo da ação anulatória.....	654
6.22. Revelia	622	6.25.4. Dinâmica processual.....	655
6.22.1. Generalidades	622	6.25.5. O escrutínio e controle interno das decisões arbitrais, o caso da CCI.....	655
6.22.2. A cláusula compromissória cheia é suficiente para início da arbitragem.....	627	6.26. Custas e honorários do procedimento.....	657
		6.26.1. Delimitação conceitual dos custos e despesas da arbitragem	657
		6.26.2. Critérios de alocação: sucumbência, causalidade e proporcionalidade	659
		6.26.3. Conduta processual das partes e papel do tribunal arbitral no controle dos custos.....	661
		6.27. Financiamento por terceiros	662
		6.27.1. Conceito, estrutura econômica e modalidades do financiamento	663
		6.27.2. Riscos, dever de revelação e conflitos de interesse.....	664
		6.28. Arbitragem e procedimentos expeditos.....	666
		6.28.1. Generalidades	667
		6.28.3. Tratamento institucional e dinâmica processual.....	669
		6.28.3.1. Âmbito de aplicação automática por opção (<i>opt-in</i>)	669

6.28.3.2. A cláusula de salvaguarda (<i>fallback provision</i>).....	670	7.4.2. Liquidação da sentença decorrente da arbitragem coletiva societária	706
6.28.3.3. Conversão de procedimentos ...	671	7.4.2.1. Generalidades.....	706
6.28.3.4. Quantidade de árbitros.....	671	7.4.2.2. Confidencialidade diferida.....	708
6.28.3.5. A preparação pré-arbitral e concentração inicial da causa.....	671	7.4.2.3. Aspectos procedimentais.....	709
6.28.3.6. Requerimento inicial, resposta e concentração das alegações.....	672	7.5. Homologação de sentença estrangeira.....	710
6.28.3.7. Tutelas de urgência e preservação da utilidade do procedimento.....	672	7.6. Ação anulatória de sentença arbitral.....	715
6.28.3.8. Instrução e limites na produção de prova.....	672	7.6.1. A demanda anulatória	715
6.28.3.9. Sentença, esclarecimentos e fechamento do procedimento	674	7.6.2. Cabimento	717
6.28.3.10. Duração do procedimento	674	7.6.2.1. Nulidade da convenção de arbitragem	718
CAPÍTULO 7 – FASE PÓS-ARBITRAL.....	677	7.6.2.2. Incapacidade do exercício da função de árbitro	720
7.1. A sentença arbitral como o último ato do processo arbitral	677	7.6.2.3. Não cumprimento dos requisitos formais	723
7.2. Coisa julgada	679	7.6.2.4. Sentença fora dos limites da convenção de arbitragem.....	724
7.2.1. Generalidades	679	7.6.2.5. Prática de prevaricação, concussão ou corrupção passiva pelo árbitro	725
7.2.2. Eficácia preclusiva da coisa julgada	683	7.6.2.6. Sentença proferida fora do prazo	726
7.2.3. A dificuldade da coisa julgada na arbitragem coletiva societária	686	7.6.2.7. Violação do devido processo legal.....	727
7.2.4. Ausência de coisa julgada material na extinção por desistência de pedidos.....	690	7.6.3. Competência	730
7.2.5. Limites à revisão dos encargos no cumprimento de sentença	692	7.6.4. Valor da causa	730
7.2.6. <i>Claim splitting</i> nas arbitragens societárias.....	692	7.6.5. Manejo da ação de nulidade na impugnação ao cumprimento de sentença.....	731
7.3. Cumprimento da sentença arbitral.....	694	7.6.6. Impossibilidade de controle incidental da sentença arbitral na recuperação judicial.....	732
7.3.1. A tutela executiva	694	7.6.7. Efeitos da decisão que acolhe a ação anulatória	733
7.3.2. O cumprimento espontâneo e o custo reputacional do descumprimento.....	695	BIBLIOGRAFIA.....	735
7.3.3. Aspectos procedimentais.....	697	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	755
7.3.4. Defesa do executado	700		
7.3.5. Compensação.....	700		
7.3.5.1. Crédito arbitral e compensação no cumprimento de sentença.....	700		
7.3.5.2. Impossibilidade de compensação não reconhecida no título	701		
7.3.5.3. Impossibilidade de compensação de créditos ilíquidos	702		
7.4. Liquidação da sentença arbitral	704		
7.4.1. Liquidação da sentença decorrente da arbitragem comum	704		